

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal Class.: Arara 162

Data: 14/03/93 Pg.: _____

Reserva dos arara será redefinida

O Ministério da Justiça quer a redefinição dos limites da reserva indígena "Cachoeira Seca", pertencente aos índios Arara, no Município de Altamira. A área, com 490 mil hectares, voltou a ser invadida por posseiros e madeireiros, criando um clima de tensão e iminente conflito entre índios e invasores. Há duas semanas, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, pediu à Fundação Nacional do Índio (Funai) que realizasse um estudo sobre a situação, depois de receber denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sobre a invasão da área.

Além da redefinição dos limites da área, o Ministério da Justiça quer, com o levantamento, encontrar uma alternativa que atenda também aos lavradores que estão na área há mais desde 1981. A maioria dos colonos é de imigrantes das regiões Nordeste e Sul do País, que chegaram ao Norte na época da abertura da rodovia Transamazônica, na dé-

cada de 70. A área em questão está localizada nos limites dos municípios de Altamira, Rurópolis e Uruará.

A portaria para demarcação de "Cachoeira Seca" foi assinada pelo ministro da Justiça, baseada em laudo antropológico e em parecer da Funai. Após audiências com representantes dos colonos e com o prefeito de Uruará, o ministro da Justiça ordenou a alteração dos limites, que também estavam sendo questionados pela madeireira Banach, que há mais de dez anos retira madeira da área dos índios Arara.

Na semana passada, uma comissão de técnicos da Funai e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fez um levantamento da situação em "Cachoeira Seca" e constatou que a área foi invadida por cerca de 400 famílias e por diversas empresas madeireiras.

O Conselho Indigenista

Missionário denunciou ao Ministério da Justiça, em Brasília, a iminência de um conflito entre os índios Arara da reserva "Cachoeira Seca", posseiros e madeireiros, no Município de Altamira. Segundo o CIMI, devido à invasão de posseiros e à retirada ilegal de madeira da região, a reserva indígena está sofrendo uma completa desintegração.

Os índios Arara, que se auto-denominam Imarimã, têm enfrentado as consequências do contato violento com os brancos desde o início deste século. O processo de descaracterização da reserva acentuou-se a partir da década de 60, com o impacto das frentes de expansão que marcaram a nova ocupação do Estado. Um caso típico foi o da construção da rodovia Transamazônica, que cortou o território dos índios Arara ao meio. Após a abertura da rodovia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) promoveu o assentamento precário dos imigrantes

nordestinos e sulistas dentro da área indígena.

O processo de invasão da reserva acelerou-se nas últimas três décadas, segundo o CIMI. Em 1985, numa medida de caráter emergencial, a Funai interditou 1.060.400 hectares de terra, para resguardar o território dos índios Arara. Entretanto, a medida deixou de fora a reserva de "Cachoeira Seca", que hoje está sendo invadida pelos posseiros e pelas empresas madeireiras.

Na denúncia feita ao Ministério da Justiça, o CIMI alerta que cerca de 84% das áreas indígenas do País estão sendo "invadidas e usurpadas" e que, por isso, os conflitos de terra têm aumentado sistematicamente, resultando em muitas mortes. Denunciando a falta de uma política indigenista que atenda às necessidades básicas dos índios, o Conselho lembra que "a sobrevivência dos índios depende da garantia de seus territórios tradicionais e que cabe à União protegê-los".

As 15 áreas indígenas invadidas em todo o País

Pelo menos 15 áreas indígenas em todo o País sofrem, atualmente, processos sistemáticos de invasão. A maioria já é objeto de processos para demarcação no Ministério da Justiça. Veja, a seguir, a situação específica dessas áreas, segundo o Conselho Missionário Indigenista:

. Alto Rio Negro, com 18 povos indígenas, no Estado do Amazonas: parte da reserva é ocupada por militares em áreas fronteiriças. Garimpeiros e mineradoras, por seu lado, tentam impedir a demarcação da área.

. Trincheira Bacajá, dos índios

Kaiapó-Xicrin, no Pará: empresas madeireiras atuam nessas terras.

. Suiá Missu, dos índios Xavante, no Mato Grosso: trata-se de uma área tradicional, que acabou sendo ocupada por empresas multinacionais.

. Rio dos Pardos, reserva dos índios Xokleng, em Santa Catarina: cinco mil famílias de posseiros ocupam parte desta área.

. Área de Canaúanim, dos índios Wapixana, em Roraima: os invasores foram retirados e indenizados pela Funai, mas estão retornando.

. Rio Biá, dos índios Katukina, no Amazonas: o governo daquele Estado é contra a demarcação.

. Área Maxacali, dos índios Maxacali, em Minas Gerais: foi invadida por 11 fazendeiros.

. Jaminawá do Igarapé Preto, dos índios Jaminawá, no Acre: também sofre contínuo processo de invasão por garimpeiros.

. Rio da Várzea, área Kaigang, no Rio Grande do Sul: a demarcação reintegrará ao território a tradicional reserva florestal de mesmo nome, hoje ocupada por posseiros.

. Reserva Pankararu, em Per-

nambuco: está praticamente toda ocupada por posseiros e por grandes latifundiários. Atualmente há uma séria disputa entre índios e posseiros.

. Área Tembê, às margens dos rios Guamá, Gurupi e Campim, no sudoeste do Pará: sofre um processo secular de invasão. A Funai já interditou a área, mas a invasão continua.

. Também estão à espera de demarcação as áreas indígenas de Sagarana, dos índios Pakaá Nova, Rio Guaporé, dos índios Jabuti e Makurapi, em Rondônia, e Boa Vista, dos índios Mura, no Amazonas.